THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

criola

2021

Cuidado e segurança de ativistas e organizações defensoras de direitos humanos

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.
A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede de
nossa milenar resistência.

Conceição Evaristo
Cadernos Negros, vol. 19.

Apresentação

O Brasil vivencia, nos últimos anos, uma ruptura democrática. A crise política instaurada em 2014 tem ligação direta com o desmonte de políticas públicas sociais estruturantes e o início da flexibilização de direitos e garantias constitucionalmente estabelecidas. Por outro lado, a prática da violência por meio do Estado, a omissão do mesmo na responsabilização dos agressores e a oferta incipiente de proteção integral[1] às defensoras traduzem em si uma autorização tácita para a violência contra quem luta por direitos.

O crescimento do campo conservador contrário a direitos humanos tem se refletido num elevado número de assassinatos, ameaças e incidentes de segurança. Somente em 2019, a Comissão Pastoral da Terra contabilizou 32 assassinatos de defensores e defensoras de direitos humanos envolvendo conflitos no campo (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO, 2020, p. 22).

Quilombolas, marisqueiras, pescadoras, mulheres indígenas e mulheres do campo vêm sistematicamente tendo direitos retirados em razão do alinhamento do atual governo com setores ruralistas, do agronegócio, com os caçadores, atiradores e colecionadores registrados e, também, com os interesses de mineradoras e grandes empreendimentos.[2]

Na arena da política institucional, outro estudo sobre violência política e eleitoral, realizado pela Terra de Direitos e a Justiça Global, identificou 327 casos entre janeiro de 2016 a setembro de 2020. O levantamento aponta que em 2019, foram registrados aproximadamente três vezes mais casos em relação a 2016, somando 136 casos, 32 destes atos contra a vida – 12 assassinatos e 20 atentados (LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 15 e 17).

Neste cenário, as mulheres são as mais vulneráveis frente às violências e violações de direitos ligadas às suas práticas políticas na defesa de direitos humanos.[3] Estão submetidas a múltiplas formas de opressões, riscos e ameaças que se agravam quando consideradas as dimensões de raça, gênero, faixa etária e território.

Nos episódios de violência envolvendo mulheres, em geral, somam-se às agressões de cunho político (desqualificações morais, omissões, processos judiciais, exposições públicas, silenciamento,

---

[1] *Considera-se a noção de proteção integral apresentada, especialmente, pela Frontline Defenders, que considera a segurança emocional e a proteção jurídica.*

[2] *Por proteger as terras, 102 camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças foram vitimadas. Desse total, 43 foram ameaçadas de morte, 3 sofreram tentativas de assassinato e 3 assassinadas (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO, 2020, p. 106).*

[3] *Consultar o texto "E ainda assim dimensões pessoal, familiar e comunitária em aspectos que envolvem a proteção física; a segurança digital; a senos levantamos: luta e resistência das mulheres em defesa dos direitos humanos" do Dossiê Vidas em Luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (ASSIS et al., 2020, p. 82–93).*

cooptação, coerção, repressão à liberdade de expressão, entre outras), ameaças que escalam para a ameaça física, agressões sexuais e, em alguns casos, o feminicídio (ASSIS et al., 2020, p. 84; LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 49).

Neste padrão de violência, as discriminações advindas por serem mulheres negras, mulheres que vivem nas favelas e periferias, mulheres jovens ou idosas, mulheres que protegem a terra, mulheres indígenas, mulheres trans, mulheres que lutam contra o racismo patriarcal cis-heteronormativo determinam maior restrição à sua ação cívica para a defesa de direitos, restringindo suas vidas e afetando sua saúde física e mental. No caso de parlamentares democraticamente eleitas, impedindo o exercício de seus mandatos.[4]

O cenário político agravou-se desde o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, em março de 2018, impulsionando a agenda em relação à violência contra defensoras de direitos humanos, que passa a ter uma maior expressão pública no Brasil e internacionalmente. O grave episódio provocou a reflexão a respeito dos riscos a que estão expostas as mulheres ativistas, defensoras de direitos humanos, e suas organizações. Além disso, há um reconhecimento por parte das organizações brasileiras, da necessidade de compartilhar reflexões, experiências e saberes para a construção de diferentes estratégias para enfrentamento do cenário a partir de 2018.

O projeto "Eu sou porque nós somos – fortalecendo as estratégias coletivas de proteção e autocuidado para mulheres ativistas" surge por conta desse trágico contexto. A iniciativa, formulada por Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e Criola, teve como objetivo compreender as ameaças às defensoras de direitos humanos e respectivas organizações, bem como identificar as múltiplas escalas de riscos e vulnerabilidades das ativistas. Com isso, buscava inserir no campo da segurança e do cuidado de defensores de direitos humanos a perspectiva das mulheres, em especial as mulheres negras e indígenas, na articulação das categorias raça, gênero, faixa etária e território.

A primeira etapa do projeto previa a realização de um levantamento com ativistas do país, com a produção de análises divulgadas em diferentes meios. Realizado no período de 2018–2019, o mapeamento recolheu depoimentos de nove defensoras que, em entrevistas aprofundadas, compartilharam as reflexões, percepções, estratégias e indagações (provocações) presentes neste material.[5] *Como estratégia metodológica, nesta etapa também foi articulada reunião com instituições com reconhecida atuação no campo dos direitos humanos para a discussão de estratégias para operacionalização do projeto.*

Uma das lições aprendidas neste processo de ampla escuta é a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de proteção, que respondam à maneira como a desigualdade de gênero, a LGBTQIA+fobia e o racismo patriarcal cis-heteronormativo operam para impedir que as mulheres

---

[4] *Citam-se, como exemplos, os casos das parlamentares e "mandatas" eleitas que tiveram ampla repercussão nacional: Ana Lúcia Martins (SC), Erika Hilton (SP), Benny Brioli (RJ), Thais Ferreira (RJ), Carol Dartora (MG), Verônica Lima (RJ), Eliana Gonzaga (Cachoeira/BA).*

[5] *Recomenda-se a leitura dos artigos resultantes do projeto, um publicado no site da Themis (CRUZ; DORDEVIC, 2020b) e outro pela Revista SUR (CRUZ; DORDEVIC, 2020a).*

reivindiquem seus direitos, vivam livres de violência e participem plenamente dos processos democráticos.
Assim, reconhecer que os sentidos assumidos pelo termo "defensora de direitos humanos" não podem ser encapsulados em definições ocidentalizadas e, por vezes, construídas por grupos hegemônicos é fundamental.

Reconhecer-se e ser reconhecida como uma defensora de direitos humanos por uma comunidade, pela luta/causa ou pela atuação política contra situações de injustiça é, em alguma medida, também, assumir o risco de ser perseguida por isto, em camadas múltiplas e por diferentes perspectivas relacionadas às suas ações políticas.

Por outro lado, a distância que separa a ameaça e mesmo a morte, de personalidades públicas, dos ataques às ativistas que estão cotidianamente lutando por mudança social, é mínima. Entretanto, a visibilidade na mídia pode criar distorções sobre os papéis e a importância da ação cívica que desempenham, bem como nublar critérios e protocolos de execução dos programas governamentais de proteção de defensoras, assim como o de fundos de instituições nacionais e internacionais.

Neste contexto, faz-se necessário que organizações, fundações e institutos que apoiam defensoras de direitos humanos considerem os aspectos específicos que marcam cada contexto social, como por exemplo, as particularidades regionais e territoriais, os pertencimentos de raça, gênero, etnia, idade, bem como os graus de acesso a recursos públicos de justiça e segurança.

Posterior ao mapeamento, Themis e Criola promoveram um encontro nacional, em junho de 2019, que reuniu 40 mulheres ativistas, representantes de 20 organizações com atuação em diferentes campos de luta, regiões, territórios, idades e identidades. A reunião contou com apoio e suporte do escritório da ONU Mulheres no Brasil. Nos três dias de encontro foi possível identificar diferentes iniciativas e esforços efetivados para a garantia da segurança dos ativistas dos direitos humanos; algumas com maior perfil de proteção e denúncia, outras de criação de metodologias e formulação de ações para o enfrentamento às ameaças direcionadas às ativistas.

Dentre essas ações destacam-se missões aos territórios em conflito, destinação de recursos para retiradas de pessoas do território e transferência de moradia, suporte a coletivos por meio de formações, apoio em rede, assessoria jurídica, compra de equipamentos de segurança, entre outras demandas específicas de cada situação.

A iniciativa incentivou a constituição de redes locais para discussão e implementação de estratégias de segurança pessoal, coletiva e institucional. As participantes reunidas fomentaram, ainda, a ideia embrionária de constituição de um grupo de trabalho para construção de uma rede de defensoras de direitos humanos que pudesse incorporar, em sua abordagem, a violência e a discriminação cotidianas enfrentadas pelas defensoras de direitos humanos nos ambientes privado e público (no interior de organizações, movimentos e instituições).

Essas premissas, identificadas a partir de olhares coletivos, orientam a construção deste documento, que ilustra a multiplicidade de experiências vividas pelas defensoras de direitos humanos, seus principais desafios na luta coletiva por direitos e as estratégias mobilizadas para sua proteção, cuidado e segurança.

Na seção "Eu sou porque nós somos! Quem são as defensoras de direitos humanos?" apresentam-se seis personagens fictícias construídas com base em fragmentos de diversos relatos de ativistas que participaram do projeto "Eu sou porque nós somos", seja na etapa de escutas individuais, seja nas falas apresentadas no encontro nacional. As biografias criadas valorizam as diferentes lutas e apontam as vulnerabilidades e as ameaças enfrentadas pelas mulheres que lutam por direitos em seus cotidianos.[6]

Experiências distintas, mas ao mesmo tempo similares, tecem a construção seguinte, que discute as noções de proteção, cuidado e segurança. As histórias do capítulo anterior costuram a escrita de alguns pontos em relação a proteção e cuidado para defensoras de direitos humanos, ilustrando com as multiplicidades de estratégias possíveis e necessárias para o enfrentamento do conjunto de riscos e situações vividas por mulheres que lutam e defendem direitos humanos.

Por fim, na seção "Pequeno Guia de Apoio" são sistematizados os recursos que as defensoras de direitos humanos podem acessar, registrando iniciativas não governamentais, órgãos governamentais e organismos internacionais.

Esperamos que este registro contribua para novas discussões e ampliação das capacidades de defensoras, seus coletivos e organizações de incluírem em seus cotidianos de atuação política aspectos da proteção, do cuidado e da segurança.

Themis e Criola

---

[6] *Registra-se que as histórias de vida apresentadas mantêm compromisso com o anonimato das participantes e não apresentam dados sensíveis, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).*

Eu sou porque nós somos! Quem são as defensoras de Direitos Humanos?

Ao se refletir sobre quem são as ativistas e defensoras de direitos humanos, primeiramente pensa-se em mulheres conhecidas, que estão expostas por seu ativismo, seu trabalho, sua atuação política, por serem grandes lideranças comunitárias, ambientais, dos povos originários da terra. Há também mulheres conhecidas por sua atuação como empregadas domésticas, professoras, filósofas, advogadas, psicólogas, marisqueiras, pescadoras, quebradeiras de coco, entre outras, que as fazem têm reconhecimento público, e atuam conjuntamente em defesa dos direitos humanos.

Para apresentar a multiplicidade de trajetórias e causas defendidas por estas mulheres e as particularidades de suas atuações, compartilhamos as histórias de Juliana, Carla, Sabina, Viviane, Yesmari e Maria. Elas foram concebidas com base em fragmentos das histórias de diversas mulheres ativistas de direitos humanos ouvidas e compartilhadas ao longo do Projeto "Eu sou porque nós somos - fortalecendo as estratégias coletivas de proteção e autocuidado para mulheres ativistas", realizado pela Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e Criola entre 2018 e 2019.

Permeiam essas histórias os diferentes lugares sociais que essas mulheres ocupam na sociedade, as diferentes formas de discriminação e violências que enfrentam e as estratégias que mobilizam para garantirem sua segurança, proteção e cuidado em suas atuações políticas.

Acesse:

Dossiê Vidas em Luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil

https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Dossie-Vidas-em-Luta-1.pdf

A publicação traz um conjunto de relatos de como a violência e a criminalização contra defensoras e defensores de direitos humanos segue aumentando e ocorre de maneira sistemática.

Juliana

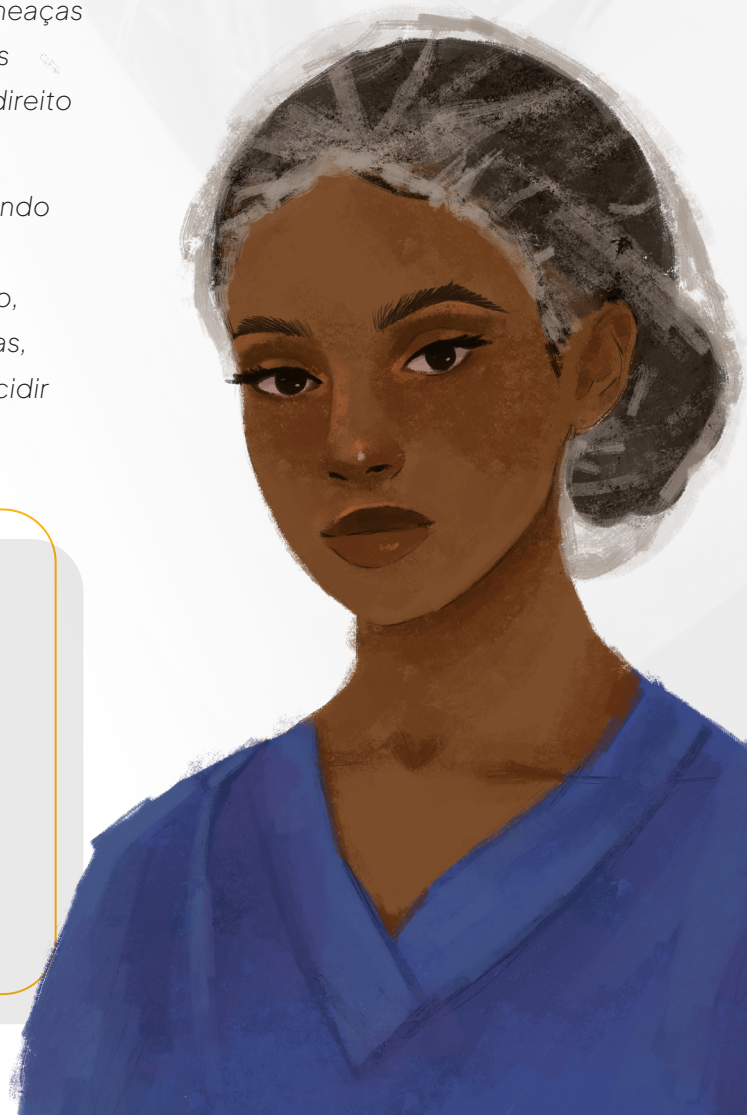
Juliana tem 32 anos, é uma mulher negra, mora com suas filhas de 15, 14 e 9 anos e sua mãe. Técnica em enfermagem, faz parte da equipe do único equipamento público em seu estado que realiza aborto legal e seguro em meninas e mulheres.

Com uma educação católica, durante os treinamentos diversas questões que a faziam sentir incômodo foram desaparecendo; histórias de mulheres reais que sofreram violência ou que por outros motivos optaram pela interrupção da gestação, foram alcançando novo olhar a respeito da justiça sexual e reprodutiva das mulheres e seus direitos.

Hoje, Juliana participa de um grupo de mulheres negras feministas e se autodefine como uma mulher negra feminista católica, que luta pelos direitos sexuais e reprodutivos. Houve momentos em que se sentiu sozinha, não contava em casa qual era exatamente seu trabalho (sabiam apenas que ela é enfermeira em um hospital público) e mesmo já trabalhando há cinco anos no hospital, o aborto legal ainda é um assunto que com as pessoas de seu convívio, na sua comunidade, não consegue abordar sem medo.

Mais do que expor o que pensa, Juliana tem medo de ameaças e constrangimentos vindos de grupos que atacam nas redes sociais e em atos públicos as pessoas que defendem esse direito das mulheres.

Saber que há outras mulheres que também estão passando pelo que passa, encontrar suporte nas companheiras de seu coletivo e discutir estratégias para garantia desse direito, fez com que Juliana, aos poucos, conversasse com suas filhas, sua mãe e outras jovens da localidade sobre o direito de decidir com autonomia o que se passa com seus corpos.



Acesse:

Gênero e Número
https://www.generonumero.media/aborto-legal-na-mira

Dossiê Justiça Reprodutiva
https://criola.org.br/criola-lanca-dossie-mulheres-negras-e-justica-reprodutiva-nesta-sexta-feira-01-10-as-19h/

Guia do Aborto Legal e de Cuidado à Pessoa em Situação de Violência Sexual
http://themis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Guia-Aborto-Legal-1-1.pdf

Carla

"MEU CORPO NÃO É PÚBLICO" é a frase de Carla em grandes manifestações. Grita Carla alto na sua cidade e em seu trabalho. Força e orgulho forjam esta mulher transexual, negra e ativista. Assim se vê e assim luta todos os dias para ser vista!

Desde criança soube que teria que decidir sua história por si mesma. Saiu de sua cidade, conseguiu um emprego em que podia ser quem era, em uma empresa que começou um programa de diversidade e, com isso, passou a contratar pessoas trans. Ela é a única no seu trabalho. Seu corpo carrega dores provocadas pela invisibilidade e por violências que as pessoas LGBTQIA+ enfrentam em seu cotidiano.

Passou a frequentar grupos ativistas de mulheres trans. Entre elas e com elas passou a discutir os riscos a que estava exposta nos vários espaços e apropriar-se de seus direitos, participando de ações políticas.

As violências que vivenciava no contexto familiar, na rua, no interior dos movimentos de mulheres e feministas, aliadas à solidão por ser a exceção, como mulher trans negra, foram afetando sua saúde mental. O medo por sua segurança física no trânsito pela cidade e em manifestações e protestos, lhe causava ansiedade e pânico. Morando no Brasil, país que mais mata mulheres trans e travestis, passou a afastar-se dos grupos.

Com a pandemia da COVID-19, as reuniões online dos grupos tornaram-se mais intensas e Carla foi se isolando cada vez mais. As companheiras de ativismo perceberam esse distanciamento e começaram a construir estratégias e métodos de interação, considerando o uso das tecnologias.

Acesse:

Antra:
https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf

Veja:

Trans...formar-se!: (re) existência nas dobras do Estado.
https://www.youtube.com/watch?v=-7wITVL7qo4&t=16s

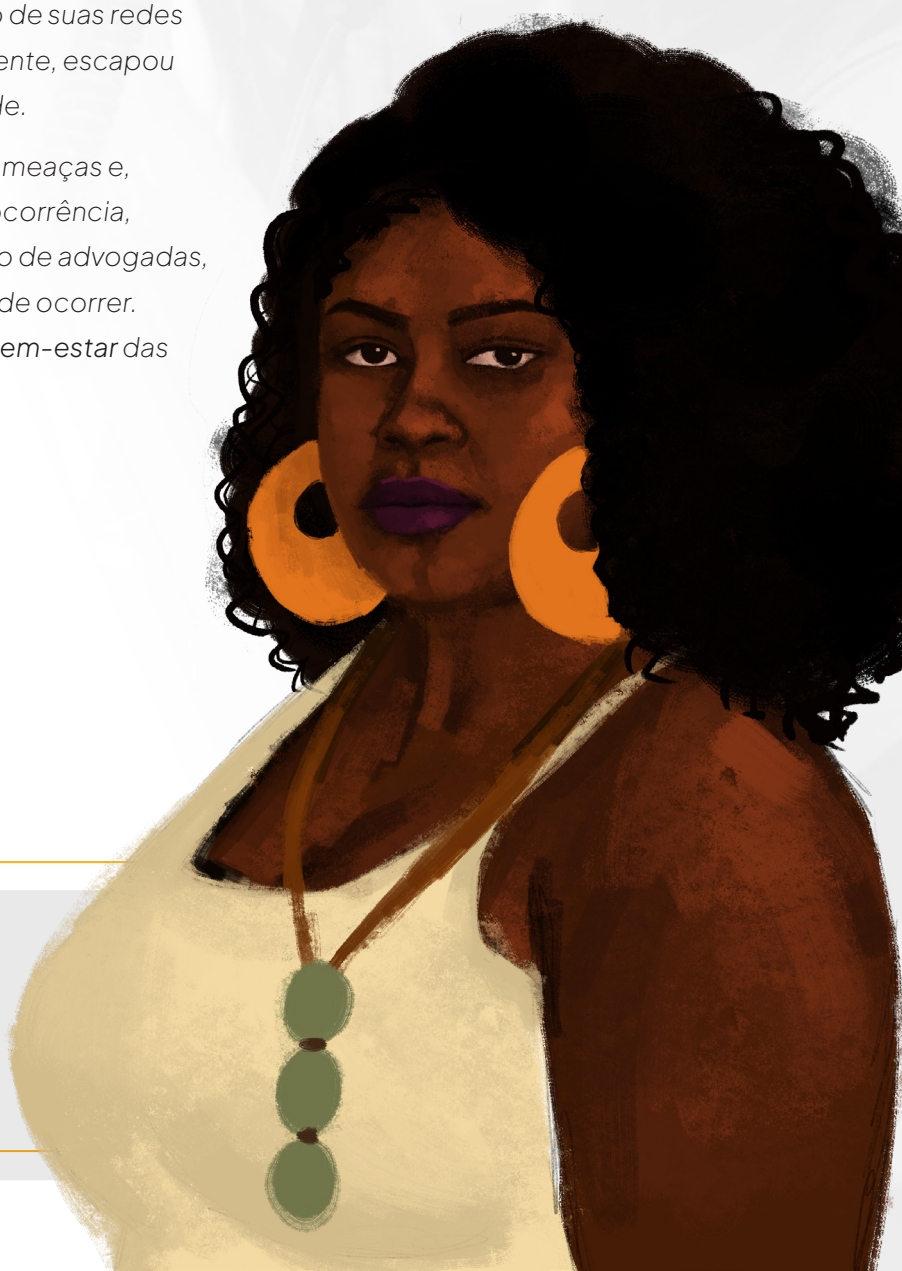
Sabina

"Eu sou filha de Iansã, tenho sangue preto correndo em mim e eu grito para quem quiser escutar: Estão nos matando! Estão matando nossos corpos, nossas almas, nossa crença, nossas terras. Estão nos expulsando mais uma vez de um lugar que é nosso por direito!": assim Sabina finalizou sua fala na audiência pública sobre racismo religioso da qual participou na prefeitura da cidade em que mora.

Sabina é uma jovem mulher negra. Tem 19 anos, é líder quilombola e luta pelo direito à terra. Sua mãe é, também, Iyalorixa e, ela, Ekedje confirmada desde menina. Ela nunca teve medo, sempre ouviu de sua mãe que elas não podem ter medo, porque a terra é um patrimônio, herdado dos ancestrais.

Nos últimos anos, toda a comunidade percebeu que aumentaram as ameaças para a retirada do Quilombo das terras que habitam, para a construção de prédio por uma empreiteira. Tem recebido muitas ameaças, online, por meio de suas redes sociais. Teve seu celular hackeado e, recentemente, escapou de uma emboscada na estrada que leva à cidade.

Todos os dias aumentam a quantidade de ameaças e, embora já tenha registrado alguns boletins de ocorrência, conte com o apoio da Defensoria e de um grupo de advogadas, tem plena consciência de que alguma coisa pode ocorrer. Mas como sair de seu território sem pensar no bem-estar das demais mulheres que lutam ao seu lado?



Acesse:

CONAQ
http://conaq.org.br/

Viviane

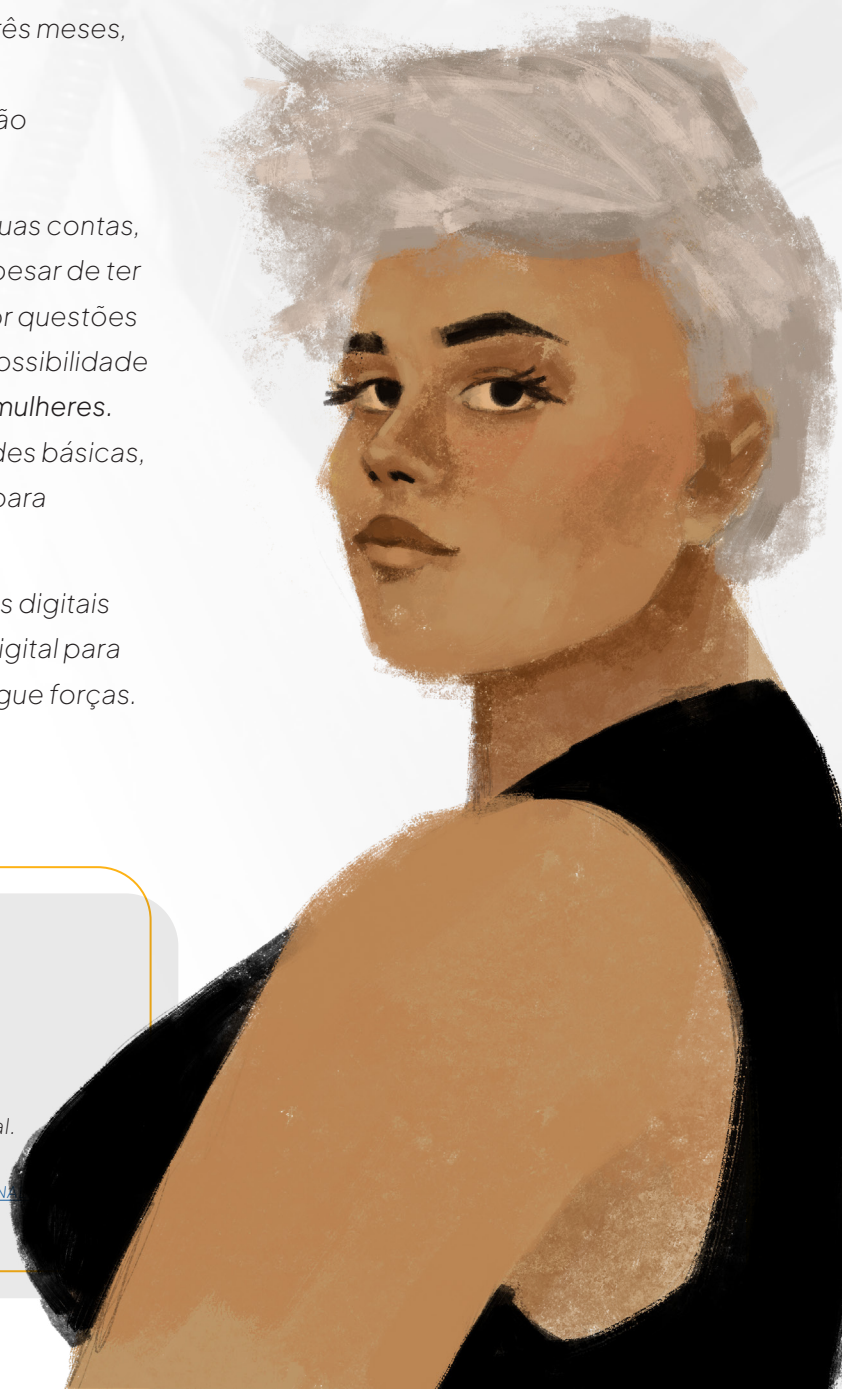
Viviane, quando recorda sua história, pensa muitas vezes em como a vida não foi generosa com ela. Quando criança se sentia diferente das outras, por muitos motivos. Quando se descobriu lésbica entendeu grande parte de seu sentimento de não pertencimento. Ainda, sempre foi a única menina gorda de sua sala de aula.

Ela usou as palavras como seu refúgio: tornou-se escritora. E nas palavras denunciava a opressão que sofria, por ser mulher, lésbica e gorda. Atualmente escreve em seu blog, onde diversas mulheres leem seus relatos e seus posicionamentos políticos.

Ela parou de ter contato com a família, já que nunca aceitou sua sexualidade. Ela perdeu o emprego há três meses, justamente por se posicionar contra o governo e o fascismo, usando o blog como canal de expressão de suas ideias e seu posicionamento.

Está com medo de não ter dinheiro para pagar suas contas, seu aluguel e sua comida. É sozinha. Com 62 anos, apesar de ter pagado a previdência, seu processo está parado por questões que nem ela entende. Sem aposentadoria e sem a possibilidade de trabalho, Viviane encontrou por ajuda em outras mulheres. Conseguiu doações para suprir algumas necessidades básicas, assim como indicação de ONGs para buscar apoio para procurar emprego e indicações.

Na nova organização teve contato com cuidados digitais e passou a utilizar alguns protocolos de segurança digital para evitar novos ataques. Da coletividade Viviane consegue forças.



Acesse:

SEGURANÇA NA INTERNET:
NOSSA BATALHA NO CAMPO VIRTUAL.

Enfrentando a violência contra nós, mulheres, no espaço virtual.

https://feminismo.org.br/wp-content/uploads/2017/11/MINICARTILHA-VCM-FIN

Yesmari

Yesmari é uma mulher Guajajara de 52 anos, desde que toma suas decisões, passou defendendo a sua terra. O mais difícil para ela hoje é ter perdido tantas irmãs assassinadas enquanto lutavam apenas para sua sobrevivência. A sua luta é para preservar seus costumes, para ter o direito de acesso ao rio e à terra. O mínimo que aceita é a demarcação das terras indígenas. E que seu povo, Guajajara, possa seguir vivendo.

Aos 35 anos, na época com sete filhas, começou a ter que se movimentar para ter o direito de permanecer onde sempre foi seu lar. E desde então enfrenta, junto ao seu povo, todas as pessoas que querem tirar o pedaço de terra da sua família.

Por ser uma mulher indígena, luta enquanto povo originário da terra, mas sabe que coloca sua vida em risco diariamente, pois aumentam os assassinatos de pessoas da sua família. Apesar do medo, junto a outras mulheres indígenas, segue protegendo sua terra e seus costumes contra a exploração, criando estratégias, mapeando forças e grupos de outras mulheres indígenas.

Acesse:

APIB
https://apiboficial.org/

UMIAB
https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-carta-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-b

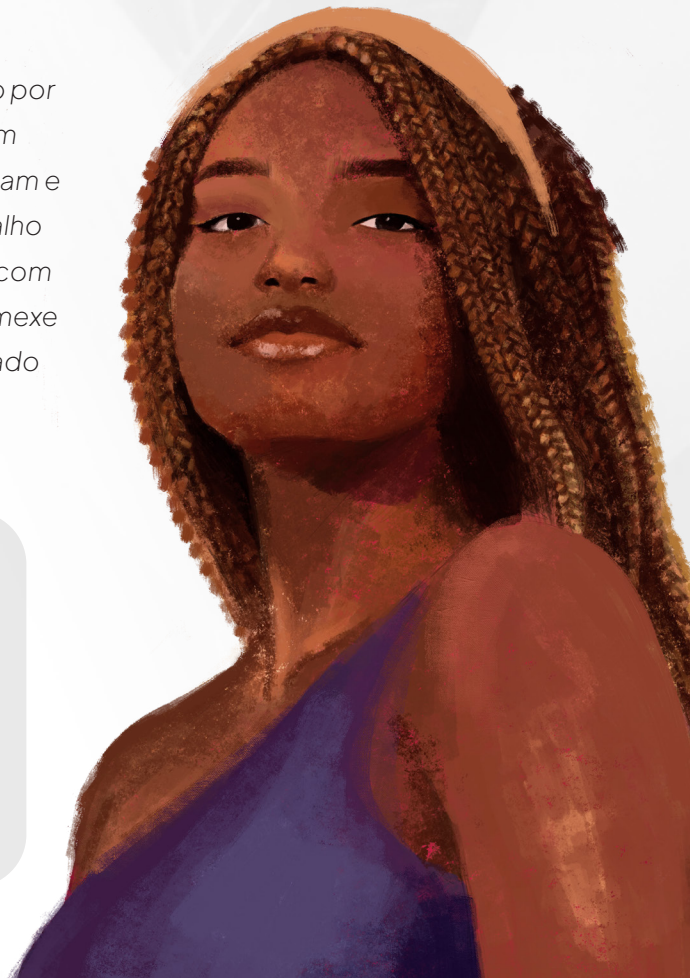
Maria

Maria sempre pensou em ser advogada, queria ajudar as mulheres, as jovens negras, mas também os jovens negros. Hoje ela reflete que consegue fazer isso mesmo sem o diploma e que tem conseguido proteger muita gente. Teve essa ideia na infância, juntamente com sua mãe que foi vítima de violência. Durante anos viu sua mãe sofrer em casa todas as formas de agressões, até o dia que ela foi assassinada pelo seu pai. O feminicídio entrou muito cedo em sua vida.

Quando Maria engravidou o homem com quem era casada começou a controlar seus passos e tentar controlar sua vida. Na primeira violência que sofreu ela o tirou de casa e o denunciou. O processo foi todo muito difícil, mas Maria havia prometido a si mesma que não passaria pelo que sua mãe passou e não deixaria que seus filhos e filhas achassem que isso era normal.

Ela se tornou uma liderança em sua comunidade. Mulher negra, líder comunitária, mãe de santo. Todos esses aspectos da sua vida são relevantes para entender quem é Maria. Ela atua no seu território no atendimento às mulheres em situação de violência ao lado de outras colegas da Formação em Direitos Humanos e Ativismo Comunitário que cursaram anos atrás. Ela também participa de fóruns e conselhos locais. Muitas vezes é difícil essa posição, pois não compreendia o porquê de as mulheres permanecerem com os maridos e namorados abusivos; não entendia como muitas não conseguiam denunciar ou romper a relação.

Com seus 47 anos, com seis filhos já criados, após todos os ensinamentos e as trocas ela entende as mulheres têm tempos diferentes e se mantém firme para apoiá-las. Ela ainda tem medo por ser mãe de santo, esse medo a faz esconder a guia quando sai em público. Hoje consegue pagar as contas, suas duas filhas trabalham e ajudam, um filho também. Recentemente por causa do seu trabalho com as mulheres ela tem enfrentado algumas situações difíceis com homens da região. Isso não a preocupa. Mas preocupa quando mexe com a polícia local. Ela tem medo da violência policial. Ano passado Maria teve um filho assassinado pela polícia e teme pelos outros.



Acesse:

Themis – Gênero Justiça Direitos Humanos
http://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares/

Conheça a história da Promotora Legal Popular Jane Beatriz da Silva Nunes formada pela Themis, morta em uma ação truculenta da polícia em dezembro de 2020
http://themis.org.br/justica-por-jane/

Cuidado, Proteção e Segurança

"Cuidar de mim mesma não é autoindulgência, é uma autopreservação e isso é um ato de guerra política."

Audre Lorde

Ativistas de diversas partes do país construíram formas de pensar o cuidado, a proteção e a segurança e os significados de cada uma dessas práticas. Os conhecimentos produzidos nesse processo coletivo ensinam que existe uma multiplicidade de vivências, organizações, de coletivos, regionalidades e formas de agir e pensar esses temas. No entanto, todas elas trazem elementos que consideram as perspectivas feminista, antirracista e interseccional.

A persistência das múltiplas formas de violência que enfrentam as defensoras de direitos humanos está relacionada com as discriminações de gênero, as quais se complexificam e se aprofundam quando se interseccionam com o racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia e lugar social. A partir dessa lente é possível refletir sobre as experiências e vivências, aprender com as estratégias que deram certo e construir novas práticas de cuidado e proteção.

Antes de tudo, é preciso afirmar que não é possível pensar em cuidado, proteção e segurança sem colocar em análise o racismo estrutural da nossa sociedade. A violência contra a população negra é sistêmica e histórica no Brasil.

A dinâmica excludente do racismo está presente, por exemplo, no aumento de mortes violentas de mulheres negras nos últimos dez anos no Brasil, o qual corresponde a um total três vezes maior que em relação as mulheres brancas (WAISELFISZ, 2015). Isso tem provocado a reflexão sobre as iniquidades em relação aos avanços de políticas públicas e legislações que buscam o enfrentamento à violência contra as mulheres (PEREIRA; BUENO, 2018,p. 56): essas beneficiam determinada população apenas.[7]

---

[7] *Veja também: Violência doméstica contra as mulheres negras cresce no país. Disponível em: http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/noticia/violencia-domestica-contra-as-mulheres-negras-cresce-no-pais/15913/.*

As experiências vividas pelas mulheres negras e indígenas defensoras de direitos humanos são diversas, e pensar as especificidades é uma forma de encontrar individualidade no grupo. Há mulheres negras e indígenas em centros urbanos, nos quilombos, no campo, no sertão; outras vivem em locais insalubres, sem acesso a direitos mínimos. São locais que estão a distância – não apenas em metragem, mas também por falta de transporte – de qualquer apoio, política pública ou suporte de outras organizações. Já aquelas que vivem em comunidades periféricas, conhecem a força de um Estado punitivista e violento – com violência, truculência, matando meninas nas ruas, jogando bombas, invadindo casas e terreiros.

Por outro lado, as mulheres que vivem e expressam outras sexualidades não hegemônicas enfrentam um conjunto de violências e discriminações no contexto familiar, institucional, nas ruas e, inclusive, no interior de movimentos feministas. Com representação quase inexpressiva de ativistas LGBTQIA+, os encontros feministas muitas vezes reproduzem a forma cisheterossexual de pensar as situações e relações, assim como não são transinclusivos. As pautas do segmento em determinadas situações acabam sutilmente atacadas ou mesmo sofrendo assédios morais quando em rodas de negociação, levando ao apagamento de suas especificidades.

Assim, é imprescindível a incorporação na agenda do cuidado e proteção das defensoras de direitos humanos do conhecimento e reconhecimento do contexto e a conjuntura das discriminações e violências que atingem as ativistas LGBTQIA+, mapeando os indicadores de perigo, potencialidades e estratégias adequadas para mitigação dos riscos e das vulnerabilidades que enfrentam.

Dito isso, alguns pontos para se pensar proteção, cuidado e segurança são colocados a seguir. As histórias do capítulo anterior costuram a escrita, ilustrando com as multiplicidades de estratégias de proteção e cuidado.

Proteção das ativistas

As histórias de defensoras de direitos humanos são individuais, são trajetórias únicas que se encontram no ativismo e na vivência de diferentes opressões e discriminações. As personagens apresentadas no capítulo anterior traduzem um conjunto de preconceitos e discriminações que ativistas e defensoras de direitos humanos enfrentam no seu cotidiano, não só pela causa que defendem, mas pelas escolhas e condições de vida.

Algumas das personagens têm a preocupação de conseguir subsistência básica, outras são fortemente afetadas pela falta de qualquer forma de afeto, outras têm a preocupação com suas vidas estarem em risco por decisões tomadas contra pessoas detentoras do poder da violência com aval do Estado, entre outras situações enfrentadas.

A partir da leitura dessas histórias é possível refletir quais são as situações de risco, violência e de discriminação que as personagens passam. Há tantas formas de vivenciar essas violências, como o esgotamento, a depressão e o adoecimento psíquico. Não apenas as violências física e sexual são um risco para as mulheres, mas as violências psicológica e econômica também têm muitos desdobramentos possíveis e todos precisam ser cuidados.

Por exemplo, Juliana, vive o risco de ser exposta e sofrer violência em sua comunidade por defender o direito de escolha das mulheres de interrupção da gestação e por trabalhar com esse tema. Para lidar com o impacto buscou estratégias para sua proteção e cuidado, como frequentar um ambiente em que se sente encorajada e conversar com sua família para se sentir segura e proteger não apenas a si, mas também as mulheres que a rodeiam.

Carla tem medo da violência das ruas visto o alto índice de violência contra mulheres trans e negras no Brasil. Foram suas companheiras de ativismo que identificaram seu processo e a incentivaram a adotar estratégias e ferramentas digitais.

A história de Viviane engendra diferentes discriminações, como a lesbofobia e a gordofobia. Seu posicionamento político custou-lhe o sustento. O fato de ser uma mulher madura, gorda e lésbica dificulta seu acesso a qualquer tipo de trabalho. Da coletividade Viviane inseriu-se em uma rede mais ampla que não só lhe ofereceu suporte para enfrentar as dificuldades econômicas como apresentou-lhe possibilidades mais seguras de continuar se expressando em seu blog.

Sabina e Yesmari têm suas histórias vinculadas à luta de seus povos. Sabem que sua forma de existência afronta um mundo voltado para o uso indiscriminado da terra e do meio ambiente. Mesmo com medo, buscam apoio do Estado, ainda que tenham consciência de que o Estado é, as vezes omisso e violador dos direitos dos povos originários ou constituídos durante a colonização. São altos o risco de violência que enfrentam e o seu impacto. A construção coletiva de proteção e o apoio de organizações defensoras de direitos humanos tornam-se possibilidades para diminuição dos riscos.

Maria esteve exposta durante sua vida a muitas formas de violência, teme por seus filhos e teme por sua vida. Como mulher negra e periférica vive a dor da violência doméstica e familiar, que viu sua mãe e que conseguiu romper quando passou pela mesma situação com a ajuda de outras mulheres. O descrédito vivido por Maria em relação ao Estado punitivo, que chega na periferia dizimando os jovens negros, escancara o racismo e o sexismo das instituições.

Como o exemplo de Maria, a formação em direitos e a articulação de recursos comunitários de apoio têm sido medidas importantes para muitas mulheres. De outro lado, a falta de liberdade religiosa, de não ter respeitado o seu direito de expressão de fé, coloca Maria novamente em posição de violência. Contra os terreiros (espaços/territórios sagrados) e contra mulheres que expressam publicamente – e privadamente – sua fé.

Cada mulher ativista de direitos humanos carrega em si uma história e essas histórias reforçam as necessidades de suporte para cada caso, de modo singular.

Cuidado

O cuidado precisa também ser pensado de forma singular. É importante reconhecer as diferenças e exaltar as especificidades para que todas as visões de mundo e cuidado possam ser valorizadas. Nem sempre a busca por cuidado é fácil e, em geral, não é individual. Há referências a ancestralidade, gerações, regionalidade, e diversos traços que colocam cada ativista como única e como parte de uma coletividade, de um grupo.

O cuidado e as estratégias de cuidado trazem diversas áreas da vida que podem ser extremamente diferentes para cada mulher. Fazer acupuntura e yoga, por exemplo, é uma forma de cuidado para algumas mulheres, enquanto para outras é ir para o terreiro e passar por rituais de folhas. Ou seja, conseguir buscar forças onde tem fé, onde acredita e estar presente em espaços e práticas em que se sente segura e acolhida é também uma forma de cuidado.

O direito à liberdade de expressão da fé traz a tranquilidade – se for respeitado – de cuidar da saúde espiritual. Pensar o cuidado com a multiplicidade de vivências e experiências que marcam a trajetória das mulheres defensoras de direitos humanos é fundamental.

O cuidado pode ser cuidar da saúde física, movimentar o corpo, fazer exercícios, meditar, alongar, mas é também, ter acesso à saúde universal, fazer exames e ir periodicamente a consultas médicas. Perceber que a luta para a preservação da saúde universal para todas as mulheres, afeta diretamente o cuidado de si. Também deve-se ter o cuidado com a saúde mental - ter acesso a terapia, psicóloga, grupos de apoio, psiquiatra, entre outras formas de cuidado. O ativismo, a vida pessoal, o trabalho, muitas vezes geram sobrecarga e nem sempre consegue-se perceber esse esgotamento para buscar apoio à saúde mental, mas nesses casos se faz essencial.

O cuidado também precisa ter um olhar atento às diferenças, como são tratadas as distintas mulheres na sociedade. Quais são os direitos violados das mulheres negras, periféricas, indígenas, quilombolas e como isso as afeta diretamente. Cuidar das outras mulheres e reconhecer, por exemplo, os privilégios que possuem as mulheres não negras e não indígenas (branquitude), torna possível encarar a luta contra o racismo e a LGBTQIA+fobia como um ato político de cuidado coletivo. É preciso abrir mão dos privilégios preservados pelo racismo, pois só assim é possível trabalhar de fato pelo coletivo.

Pensar as formas de cuidado, como cuidar de si mesma e cuidar umas das outras, é uma esfera importante e complementar para perceber de que forma se pode inserir práticas de cuidado diariamente. Ter tempo para si, para quem ama, ser apoio e ter apoio. Estar com a família, amigas e amigos e pares; utilizar a sororidade ou a dororidade[8], de forma complementar,

---

[8] *Termo cunhado por Vilma Piedade que se refere à cumplicidade das mulheres negras, sobre as dores que somente as mulheres negras reconhecem.*

é uma das estratégias de cuidado que reúnem forças para seguir na luta e para permanecer lutando pelo direito de todas.

Como nos ensina Guacira Cesar de Oliveira (2015, p. 16), além de cuidar umas das outras e de si, há o deixar ser cuidada e retribuir esse cuidado. Compartilhar experiências e emoções, as lutas antimachistas e antirracistas, a dor e seu caminho de cura é uma forma de pensar o cuidado.

Segurança de Defensoras e de Organizações de Direitos Humanos

O direito à expressão, associação, a manifestação são direitos que caracteriza a democracia. Assegurar direitos para que mulheres participem cada vez mais do jogo democrático, atuando com segurança no campo político, institucional ou não, torna-se um desafio nos tempos atuais.

Tem sido colocado em prática um conjunto de mecanismos, instrumentos e práticas que combinam cerceamento à liberdade de expressão e o direito à informação, com a utilização de milícia digital para empreender discursos de ódio, desinformação na internet, tecnovigilância, assédio offline, perseguições, censura e difamação contra intelectuais, artistas, ativistas, defensores e defensoras de direitos humanos, comunicadoras, blogueires, em especial mulheres negras, como indicado por Trindade (2020).

O contato direto com as defensoras revelou situações de vulnerabilidade e riscos (físicos e psicossociais) decorrentes da atuação política pela mobilização contra o racismo patriarcal cis-heteronormativo. O contexto da pandemia da COVID-19 acirrou as disputas políticas das mulheres negras e indígenas, comprometidas com o Bem Viver, agravando o seu quadro de vulnerabilidade social e política para estas defensoras.

Lideranças comunitárias, em razão de suas atuações na crise da COVID-19, para apoio humanitário e garantia de direitos, encontram-se monitoradas e constrangidas em seus territórios por poderes locais, formados por grupos paramilitares (milícias), pelo tráfico de drogas e, também, por agentes do Estado. Candidatas e representantes eleitas têm sofrido ameaças e encontram-se em situação de risco de vida iminente, algumas em situação de abrigo provisório e sob a proteção dos Programas de Proteção. Riscos foram identificados já em 2020, no período anterior às eleições municipais. Nos meses seguintes ocorreu uma sucessão de ataques às parlamentares eleitas em todo o país.

Neste sentido, tanto para as defensoras quanto para as mulheres vinculadas às organizações de direitos humanos os riscos alcançam maior volume, o que tem feito com que muitas delas sintam-se inseguras durante suas atividades cotidianas, expostas a algum risco de segurança, seja física, no espaço de trabalho, seja tecnológica, nos processos de comunicação e administração de dados sensíveis e/ou sigilosos. Pautar um mapeamento em que as próprias trabalhadoras

consigam se expressar a respeito da segurança pode ser um ponto de partida para as organizações e ativistas parceiras.

Há diversas formas das organizações fazerem sua própria análise de riscos, envolvendo todas as pessoas na instituição. Pensar então em um plano institucional de segurança pode ser uma forma de proteção da organização e principalmente das pessoas que trabalham nela. A Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos fez internamente um protocolo de análise de segurança das pessoas que trabalham e são defensoras na instituição. Como forma de compartilhar as boas práticas, alguns pontos importantes foram colocados como estratégias.

1. ***Analisar os riscos:*** *listar os potenciais riscos para as defensoras de direitos humanos na organização. Como por exemplo, acesso a documentações, violência urbana, exaustão mental, entre outros. Após, verificar qual é a probabilidade e qual o impacto que terá caso ocorra. Com base nessas informações, pensar então quais são as medidas preventivas de segurança que podem ser tomadas.*

2. ***Criar protocolos de segurança:*** *os protocolos de segurança permitem que as organizações possam seguir fazendo o trabalho, mesmo em governos não democráticos e violentos, pois traz uma mitigação de riscos. Tecer estratégias de proteção, apoiar movimentos e compartilhar boas experiências trazem o fortalecimento da luta e das instituições.*

O caminho percorrido por Criola foi simultâneo à oferta de atividades para elevação de capacidades de grupos, coletivos e organizações de mulheres negras no que se refere à segurança digital. Em razão da pandemia, da ação humanitária e de garantia de direitos, investiu-se na realização de um processo diagnóstico da segurança de informações, com participação e apoio técnico-logístico da equipe de Criola, extensivo a 21 grupos parceiros.

Deste processo destaca-se, como desdobramento do aprofundamento institucional no tema, a constituição de um Comitê de Governança Digital – Criola que se debruça, atualmente, sobre a mitigação de vulnerabilidades da organização. O Comitê também trabalhando na criação de uma Política de Segurança da Informação, contendo processos, procedimentos de uso e protocolos regulares, com adequação às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Sugestões de leitura

Guia de proteção e segurança para comunicadores e defensores de direitos humanos
https://artigo19.org/wp-content/uploads/2014/11/guia_de_protecao_e_seguranca_para_comunicadores_e_defensores_de_direitos_humanos.pdf

Guia de proteção para defensoras e defensores de direitos humanos – Justiça Global
http://www.global.org.br/blog/justica-global-lanca-guia-de-protecao-para-defensorases-de-direitos-humanos/

Guia segurança comunitária e território: aspectos metodológicos sobre a defesa integral – PRODESC
https://drive.google.com/file/d/1lxfy4ciZttEwK2FL7ifM5VaeWOwOUvrF/view?usp=sharing

Pequeno Guia de Apoio

Esse pequeno guia indica onde encontrar espaços e recursos para proteção, em organizações, em instituições governamentais e organismos internacionais.

Organizações

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

O comitê foi constituído em 2004 e é composto por diversos movimentos da sociedade civil e organizações. Atua na proteção de defensoras e defensores de direitos humanos que vivenciam situações de ameaças, risco, criminalização e violência.

No site http://comiteddh.org.br/ é possível encontrar a referência a todas as organizações que fazem parte, assim como se aprofundar sobre seu trabalho. Segue abaixo a lista das organizações com acesso direto aos seus respectivos sites.

Artigo 19 – *http://artigo19.org/*

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR
http://www.aatr.org.br/

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
https://www.abglt.org/

Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente – Amencar
https://abong.org.br/associadas/amencar/

Central de Movimentos Populares – *http://cmp-sp.blogspot.com/*

Centro de Defesa de Direitos Humanos Gaspar Garcia – SP – *http://gaspargarcia.org.br/*

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra – ES – *https://www.facebook.com/cddhserra/*

Centro de Defesa de Direitos Humanos de Petrópolis – *http://www.cddh.org.br/*

Centro de Defesa de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu – *https://www.facebook.com/cdhni/*

Brigadas populares – *https://brigadaspopulares.org.br/*

Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA – http://www.cfemea.org.br/

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – http://www.contag.org.br/

Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular – MG – https://coletivomargaridaalves.org/

Coletivo Feminino Plural de Porto Alegre (RS/Brasil) – http://femininoplural.org.br/site/

Comissão Pastoral da Terra – CPT – https://www.cptnacional.org.br/

Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino – https://www.facebook.com/ComiteGoianoDireitosHumanos/

Conselho Indigenista Missionário – CIMI – https://cimi.org.br/

Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – http://conaq.org.br/

Coturno de Vênus – http://coturnodevenus.blogspot.com/

Criola – https://criola.org.br/

Fórum Grita Baixada – https://www.forumgritabaixada.org.br/

Grupo Tortura Nunca Mais – BA – https://www.facebook.com/grupotorturanuncamaisbahia/

Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas – https://www.facebook.com/GrupoConexaoG/

Grupo de Mulheres Brasileiras – https://www.facebook.com/pages/category/Non-Governmental-Organization--NGO-/Grupo-de-Mulheres-Brasileiras-305495363132411/

Instituto de Direitos Humanos – MG – http://institutodh.org/

Justiça Global – http://www.global.org.br/

Laboratório de Justiça Global e Educação em Direitos Humanos na Amazônia –
LAJUSA - http://www.lajusa.ufpa.br/st/

Levante Popular da Juventude – http://levante.org.br/

Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens – http://www.mabnacional.org.br/

Movimento Camponês Popular (MCP) – https://www.facebook.com/MCPBrasil/posts/981456735271994

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST – https://mst.org.br/

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) – http://www.mndh.org.br/

Organização de Seringueiros de Rondônia – OSR – https://www.facebook.com/Organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Seringueiros-de-Rond%C3%B4nia-OSR-1422408581305166/

Organização de Povo Apurinã e Jamamadi do Sul do Amazonas – OPIAJBAM – https://www.facebook.com/popykary

Rede Justiça nos Trilhos – https://www.justicanostrilhos.org/

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – http://smdh.org.br/

Sociedade Paraense da Defesa dos Direitos Humanos – SDDH – http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/

Terra de Direitos – http://terradedireitos.org.br/

Criola

Criola é uma organização da sociedade civil fundada e conduzida por mulheres negras. Define a sua atuação com base em sua missão e visão institucionais, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. A nossa missão é atuar para a erradicação do racismo patriarcal cis-heteronormativo, contribuindo com a instrumentalização de mulheres negras jovens e adultas, cis e trans e com a ação política - para a garantia dos direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver.

Como estratégia político-metodológica para a co-criação de planos de ação política coletivizados e adequados aos problemas que identifica em seus territórios, integra a produção de diversos materiais (vídeos, cartilhas, podcasts, etc.) para a sensibilização das ativistas sobre aspectos de cuidado e segurança a mecanismos de suporte direto (atuação em casos de direitos humanos em risco e ameaça) e suporte indireto (atividades formativas, comunicação estratégica, reuniões de articulação, compra de equipamentos , etc.) a grupos e coletivos de mulheres negras.

Programa Suporte à DDH - Criola: suporte@criola.org.br

Acesse:
https://www.youtube.com/c/Criolamulheresnegras
https://open.spotify.com/show/7oNJqg9oqzBQ0txDqEnklO

Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos

A Themis é uma organização feminista e antirracista, fundada em 1993. Sua atuação está focada na ampliação do acesso de mulheres e meninas à justiça. Através do seu programa de empoderamento legal forma mulheres lideranças comunitárias para atuação em seus territórios no acompanhamento de casos de violência contra as mulheres. A metodologia de formação de Promotoras Legais Populares está presente em mais de 11 estados brasileiros e é uma ferramenta de apoio comunitário.

As Promotoras Legais Populares (PLPs) atuam na perspectiva da ampliação das condições de acesso à justiça exercendo o papel de ponte entre as pessoas e o Estado, entre os sujeitos de direitos e os serviços públicos. Nesse sentido, o projeto de formação das PLPs transforma a história de vida de cada um e de cada uma. Mas esse projeto não seria socialmente sustentável se sua prática não estivesse alicerçada em um projeto político coletivo de transformação da condição social das mulheres e meninas.

Para saber mais sobre o trabalho e, atuação da organização, acesse http://themis.org.br/.

Mapa do Acolhimento

Rede de solidariedade que conecta mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero a psicólogas e advogadas dispostas a ajudá-las de forma voluntária. O site conta com um mapa dos Serviços Públicos de Proteção às Mulheres com informações atualizadas sobre o funcionamento desses serviços durante a pandemia e um guia sobre os recursos disponíveis para mulheres.

Mapa dos Serviços: https://www.servicospublicos.mapadoacolhimento.org/#block-33190

Guia de recursos: https://drive.google.com/file/d/1Brlk8iCFqeS20t-5QoViVtoEGUXZibo_/view

Órgãos Governamentais

Por diversas razões algumas ativistas não se sentem confortáveis para fazer denúncias formais ao estado brasileiro e não sentem um retorno de justiça referente às denúncias feitas. Ativistas de direitos humanos estão inclusive denunciando o próprio Estado como perpetuador da violência, visto isso, identificou-se primeiramente onde buscar suporte e acompanhamento em outros âmbitos além do governamental.

Porém, há casos em que a ativista ou a organização defensora de direitos humanos necessita de denúncia formal perante o Estado brasileiro. Nos casos em que as mulheres estão expostas a mais riscos, ou necessitam de uma denúncia, há algumas formas de recorrer ao governo.

Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH atua no atendimento e acompanhamento dos casos de defensores de direitos humanos em situação de ameaça e de risco em todo o território nacional, conforme previsto no Decreto nº 9.937/2019.

O PPDDH é executado por meio de convênio nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Maranhão. Nos estados em que não existe Programa Estadual, os casos de defensoras e defensores de direitos humanos são acompanhados por uma Equipe Técnica Federal.

Pará

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

gabinete@sejudh.pa.gov.br

(91) 4009-2722 / (91) 4009-2723

(91) 4009-2744 / (91) 4009-2700

Fax: (91) 4009-2722

Maranhão

Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular

adjuntadh.sedihpop@gmail.com

(98) 99121-3995

(98) 3256-5347

(98) 3256-5335

Ceará

Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos

(85) 3101–4557

Chat Online:
sps.ce.gov.br/2020/07/08/sps-cria-chat-para-facilitar-atendimento-do-cidadao/

Pernambuco

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco - SJDH/PE

(81) 3182–7625

Fale Conosco:
sjdh.pe.gov.br/faleconosco

Bahia

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

gabinete@sjdhds.ba.gov.br

(71) 3115–6577 / (71) 3115–0315

(71) 3115–6674 / (71) 3115–6184

Minas Gerais

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)

gabinetesec@social.mg.gov.br

(31) 3916–8207 / (31) 3916–8210

(31) 3916–8338

Secretaria Nacional de Proteção Global – SNPG

Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas e Defensores de Direitos Humanos - CGPTDDH

defensores@mdh.gov.br

(61) 2027–3539

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

https://ouvidoria.mdh.gov.br/

A ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é responsável por apurar as denúncias de violação de Direitos Humanos e faz o encaminhamento das ações referentes ao Ministério Público.

Os canais de atendimento podem ser o Disque 100 e Disque 180.

Disque 100

O disque 100 é um canal de denúncia de violação de direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos recebe essa denúncia, analisa e encaminha aos órgãos responsáveis. Para realizar a denúncia não precisa ser a vítima, a ligação é gratuita e pode ser feita por telefone residencial ou celular. O serviço funciona 24h por dia, inclusive sábados e domingos.

Disque 180

O Disque 180 é o canal de denúncia para mulheres que sofrem ou sofreram alguma violência. A Central de Atendimento à Mulher é onde registram a denúncia e encaminham ao órgão competente. O ponto positivo é que sempre quem atende é uma mulher. Além disso, em caso de migrantes há a escolha de falar em espanhol.

Secretaria de Direitos Humanos

Alguns estados e alguns municípios têm sua Secretaria de Direitos Humanos, e em muitas delas há canais de denúncias. Algumas vezes é uma secretaria conjunta com alguma outra pauta, como Secretaria da Cidadania e direitos humanos, Secretaria da Mulher e Direitos Humanos. Assim, é possível buscar apoio a nível municipal ou estadual.

Defensorias Públicas Estaduais

A defensoria pública cumpre o dever doEstado de fornecer assistência jurídica integral e gratuita a quem não pode arcar com as despesas. A seguir, listamos as defensorias públicas de cada Estado com seus respectivos links.

Defensoria Pública do Estado do Acre – *https://defensoria.ac.def.br/*

Defensoria Pública do Estado de Alagoas – *http://www.defensoria.al.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado do Amapá – *http://www.defensoria.ap.def.br/*

Defensoria Pública do Estado do Amazonas – *http://www.defensoria.am.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado da Bahia – *https://www.defensoria.ba.def.br/*

Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – *http://www.defensoria.ce.def.br/*

Defensoria Pública do Distrito Federal – *http://www.defensoria.df.gov.br/*

Defensoria Pública Geral do Estado do Espírito Santo – *http://www.defensoria.es.def.br/site/*

Defensoria Pública do Estado do Maranhão – *https://defensoria.ma.def.br/dpema/*

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso – *http://www.defensoriapublica.mt.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul – *http://www.defensoria.ms.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – *http://www.defensoriapublica.mg.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado do Paraná – *http://www.defensoriapublica.pr.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado da Paraíba – *http://www.defensoria.pb.gov.br/*

Defensoria Pública do Estado do Pará – *http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/*

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – *http://www.defensoria.pe.def.br/defensoria/*

Defensoria Pública do Estado do Piauí – *http://www.defensoria.pi.def.br/*

Defensoria Pública Geral do Estado do Rio De Janeiro – *http://www.defensoria.rj.def.br/*

Defensoria Pública do Rio Grande Do Norte – *https://www.defensoria.rn.def.br/*

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande Do Sul – *http://www.defensoria.rs.def.br/inicial*

Defensoria Pública do Estado de Rondônia – *https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php*

Defensoria Pública do Estado de Roraima – *http://www.defensoria.rr.def.br/*

Defensoria Pública do Estado de Sergipe – *https://www.defensoria.se.def.br/*

Defensoria Pública do Estado de São Paulo – *https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp*

Defensoria Pública do Estado do Tocantins – *https://www.defensoria.to.def.br/*

Ministério Público

O Ministério Público é o órgão brasileiro responsável por defender a correta aplicação das leis e pela garantia do Estado Democrático de Direito. O Ministério Público é uma das instituições brasileiras que recebe denúncias de violações de direitos humanos. Há o Ministério Público Federal, assim como os Estaduais. A denúncia pode, em muitos casos, ser feita pelo site.

Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

A Delegacia da Mulher é a unidade especializada da Polícia Civil para a prevenção de violência, a proteção e a investigação de crimes contra as mulheres, incluindo violência de gênero, violência doméstica, violência sexual entre outros. Faz a solicitação de medidas preventivas de acordo com a Lei Maria da Penha. Há a delegacia especializada no atendimento à mulher em muitos municípios brasileiros.

Mapa das Delegacias de Atendimento à Mulher da Revista Azmina
https://azmina.com.br/projetos/delegacia-da-mulher/

CRAS

O Centro de Referência da Assistência Social se encontra na esfera municipal e está presente em todo o território nacional. O CRAS visa à prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

CREAS

O CREAS é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social e, assim como o CRAS, é municipal e está presente em todo território nacional. O CREAS é especializado para atuar em situações em que a violação de direitos já está instaurada.

CRAM

O CRAM é o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. É um espaço para acolhimento e atendimento das mulheres em situação de violência. A violência pode ser física, sexual, moral, psicológica, econômica, entre outras.

Organismos Internacionais

Muitas vezes os recursos internacionais são de difícil acesso, não apenas por razões da falta de conhecimento a respeito dos organismos internacionais e suas funcionalidades, mas também pela língua, pela burocracia, e por canais específicos e caminhos a serem seguidos que fazem parecer distantes e inacessíveis. A seguir estão listados alguns dos recursos de denúncia de violação de direitos humanos que podemos acessar a nível internacional.

Sistema Intergovernamental Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA

Qualquer pessoa, organização ou grupo de pessoas, em seu nome ou em nome de terceiros, pode enviar uma denúncia contra um Estado da OEA. Para enviar a denúncia é necessário que ocorra o esgotamento de todos os recursos jurídicos do país de origem, no caso, todos os recursos do sistema de justiça brasileiro. A vantagem é que a petição pode ser enviada na língua portuguesa.

A petição pode ser apresentada na página da CIDH, no Portal do Sistema Individual de Petições http://www.oas.org/pt/cidh/portal/ onde há também explicações de como funcionam o sistema e a denúncia. Há também, um documento explicando o que é o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, as formas de denúncia e como impetrar a ação.

www.oas.org/es/cidh/docs/folleto/CIDHFolleto_port.pdf

Sistema das Nações Unidas Alto Comissariado de Direitos Humanos

Para fazer uma denúncia de violação de direitos humanos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos é necessário que primeiro tenham esgotado as fontes a nível nacional. Como exemplo, conselhos e comissões de direitos humanos locais, regionais ou nacionais, defensorias públicas, secretarias de direitos humanos, corregedorias ou o Ministério Público no nível estadual ou federal.

Para enviar uma denúncia é necessário preencher o formulário no site spsubmission.ohchr org, porém, caso não consiga preencher o formulário online, pode usar o e-mail urgent-action@ohchr.org ou enviar as informações necessárias por correio para o endereço: ACNUDH-ONUG - 8–14 Avenue de laPaix - 1211 Geneva 10, Switzerland. Todos os documentos são preenchidos na língua inglesa.

Referências

ASSIS, Mariana Prandini et al. *E ainda assim nos levantamos: luta e resistência das mulheres em defesa dos direitos humanos. In: Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Dossiê Vidas em Luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil: volume III. Organização: Layza Queiroz Santos* et al. *3ª edição. Curitiba: Terra de Direitos, 2020. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Dossie-Vidas-em-Luta.pdf. Acessado em: 11 de novembro de 2021.*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO – CPT. Relatório anual Conflitos no Campo Brasil 2019. Goiânia: CTP Nacional, 2020. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0. Acessado em: 10 de novembro de 2021.

CRUZ, Simone; DORDEVIC, Jelena. Proteção, autocuidado e segurança de defensoras dos direitos humanos. Revista SUR 30: v. 17, n. 30, 2020a. p. 247–257. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2020/08/sur-30–portugues-simone-cruz-e-jelena-dordevic.pdf. Acessado em: 10 de maio de 2021.

_____ . Re-pensando proteção, autocuidado e segurança de mulheres defensoras de direitos humanos a partir da perspectiva feminista e de mulheres negras. Postado em 9 de abril de 2020. Disponível em http://themis.org.br/re-pensando-protecao-autocuidado-e-seguranca-de-mulheres-defensoras-de-direitos-humanos-partir-da-perspectiva-feminista-e-de-mulheres-negras/. Acessado em: 10 de novembro de 2021.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. ***V****iolência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acessado em: 14 de novembro de 2021.*

OLIVEIRA, Guacira. Razões e emoções da luta feminista para sermos livres e pelo Bem Viver. In: _____; DORDEVIC, Jelena. Cuidado entre ativistas: tecendo redes para a resistência feminista. Elaboração: CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria: 2015.

Referências

PEREIRA, Luana; BUENO, Winnie. A interseccionalidade como ferramenta para justiça social: analisando a experiência da Themis. Revista Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Volume 3 (2018). Porto Alegre: Themis, 2018, p. 56. Disponível em: http://themis.org.br/wp-content/uploads/2019/05/REVISTA-THEMIS-2018.2–Intersecionalidades-compactado.pdf. Acessado em: 30 de outubro de 2021.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: DF, Brasil, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em: 15 de novembro de 2021.

Créditos

Cuidado e segurança de ativistas e organizações defensoras de direitos humanos

Dezembro 2021

Realização

Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Criola

Elaboração de conteúdo

Márcia Soares e Renata Teixeira Jardim

(Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos)

Lúcia Xavier e Mônica Sacramento (Criola)

Paula de Sá Teixeira (consultora)

Ilustrações

Renata Madaleno

Projeto gráfico e diagramação

Agência Escala

THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

criola